

Dividido, o FMI discute a dívida

OLIVIER UDRY

O Fundo Monetário Internacional (FMI) inicia mais uma de suas tradicionais reuniões sob o signo presente, desde 1982, da crise da dívida externa. No entanto, a entidade não tem uma posição uniforme perante este problema: enquanto seu relatório oficial continua depositando fé nos mecanismos convencionais de tratamento da dívida, vozes discordantes partem de grupos internos e questionam a filosofia reiterada pela entidade.

Um dos exemplos mais claros dessa discordância foi recentemente expresso no boletim do FMI, datado de 17 de agosto, que divulgou o Informe dos Suplentes do Grupo dos 24. São países endividados ou atrasados em termos de desenvolvimento e que endereçam críticas ostensivas à atuação da entidade a que pertencem. É um grupo que pouco poder econômico possui e não tem como influir decisivamente nas atitudes do FMI ou na votação de questões cruciais como o aumento das cotas (o capital do Fundo) e sua administração.

O Informe considera que o cenário de crescimento da economia mundial é sombrio para os próximos anos: a taxa não deverá superar 3% em 1988 e 1989, sinalizando uma possível retração dos países menos desenvolvidos, sobretudo de suas exportações. Paralelamente, espera-se um protecionismo crescente por parte dos Estados Unidos por causa de seu déficit comercial, que precisa ser reduzido. Assim, o fluxo de recursos para os países atrasados continuará estancado nos níveis pouco animadores dos últimos três anos, não ultrapassando US\$ 6 bilhões no ano que vem, conforme expectativa do próprio Fundo, e muito distante dos US\$ 93 bilhões registrados em 1981.

De 1982 a 1987, a América Latina, por exemplo, remeteu o dobro do que recebeu nos seis anos que antecederam a crise de 1982. Ou, ainda, o equivalente a 5,3% de seu PIB, mais do que o dobro do que foi pago pela Alemanha a título de reparação de guerra após 1945. O cenário fecha com perspectivas muito incertas de normalização na relação entre devedores e bancos privados, o mesmo ocorrendo em termos de investimentos externos e de repatriamento de capitais.

A única forma de se alterar o quadro é reforçar a capitalização dos organismos multilaterais de crédito e mudar significativamente a estrutura dos programas de ajuste das economias em dificuldade. Trata-se de fazer o Fundo cumprir o que está nos seus estatutos: ajudar a resolver problemas sem causar danos à economia dos que buscam esse tipo de acordo e de socorro. O Grupo dos 24 é taxativo: o Fundo não pode aplicar um modelo único e deve reconhecer que o ajuste precisa ser acompanhado pelo financiamento ao crescimento. Portanto, políticas baseadas no corte do consumo não são mais aceitáveis. Mais ainda: se o Fundo impõe condições, deve concordar com que os países que dele se socorrem também estabeleçam condições apropriadas à sua situação e às características essenciais de suas respectivas economias. É o que o Grupo dos 24 chama de "condicionalidade recíproca", tese esta que contou com a participação do ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, na sua formulação.

O FMI ESTÁ MUDANDO

A principal questão que o Grupo dos 24 levanta é a seguinte: pode o FMI adaptar-se devidamente às novas condições da economia mundial após a crise da dívida que eclodiu em



Benedito Salgado 25/02/87

Para Braga, a dívida é uma questão "estrutural"



Joveci C. de Freitas 26/06/87

Banqueiros não esperam nada da reunião, segundo Pih

1982? Para o professor Carlos Alberto Primo Braga, da USP, o Fundo está tentando mudar, mas trata-se de um processo lento e ainda pautado por um diagnóstico incorreto da situação. "O FMI", diz Braga, "ainda trata cada país como se fosse um caso à parte, quando a crise da dívida generalizou-se e requer soluções que estão fora do alcance do Fundo. Ele não foi criado para solucionar um problema dessa envergadura. Mas ainda é a única entidade com um mandato legítimo para fazer isso. Porém, não pode continuar a acreditar que a dívida é um problema de liquidez, quando fica claro que é uma questão de natureza estrutural."

Braga julga que, em alguns pontos, o FMI mudou. No caso do Brasil, por exemplo, que desrespeitou totalmente sete cartas de intenção, o Fundo até concordou em rever seu conceito de déficit público, aceitando a noção de déficit operacional (que exclui as correções monetária e cambial). "O Fundo muda, tenta responder às transformações da economia mundial e ainda tem um papel a desempenhar, mesmo porque possui recursos e seu custo é inferior ao do mercado."

O professor atribui a crise por que passou o FMI a outra crise mais grave: a do que os economistas chamam de "multilateralismo", ou seja, uma ordem econômica mundial baseada no dólar, enquanto os EUA eram indiscutivelmente hegemônicos. "A perda dessa hegemonia abala o poder do FMI e hoje o Japão não tem como substituir o papel desempenhado tradicionalmente pelos EUA, inclusive porque não é uma potência militarmente expressiva para se afirmar como líder mundial."

Há, entretanto, dúvidas sobre o novo papel do FMI. O empresário Lawrence Pih, que manteve, na se-

mana passada, diversos contatos com banqueiros norte-americanos, é taxativo: "Eles não esperam absolutamente nada dessa reunião. A retórica pode ter mudado, a prática não. Prova disso é que o último grande passo foi dado com o Plano Baker e este não funciona satisfatoriamente até hoje. Os grandes credores não pensam em fortalecer o FMI, o que é até paradoxal: querem que os devedores se submetam a suas políticas, mas não aumentam os recursos para financiar a dívida externa. Na realidade, o Fundo como auditor é bem mais interessante do que como solucionador, porque permite manter a rede curta e condiciona até regimes políticos menos democráticos nos países devedores, sem os quais a reforma do Fundo não tem como ser implementada".

As informações que este empresário obteve dos banqueiros mostram que elas têm dúvidas quanto ao caso do Brasil: há disposição de renegociar, mas não há clareza de que garantias serão fornecidas em troca do refinanciamento da dívida. E não será o FMI que irá favorecer essas garantias. "No máximo, ele permanece como uma autoridade moral para que os bancos decidam se refinanciam ou não. Mas seu papel não vai além disso. Se houvesse disposição para fortalecê-lo, não haveria tantos obstáculos ao reforço de seu capital e do Banco Mundial. Mas que poder teriam os credores se a crise da dívida fosse solucionada?"

A rigor, as três opiniões coincidem: o Fundo precisa de mais recursos, deve dar nova dinâmica à mudança de critérios para emprestar-lhes (o Grupo dos 24 salienta que o FMI possui cerca de US\$ 30 bilhões sem nenhuma utilização), caso contrário corre um sério risco de obsolescência.